1924

Lee. Onisuitē

6. ^{de museum} Restos fela nas vacelā

fus do durgasos etnos

tulco na China -

3/1/24
Ilmo. e Exmo. Senhor

N.º H

P. 1
5 fev 24

Acabo de receber o telegrama de V. Exa., pedindo com urgencia o meu parecer sobre o Decreto de 30 de Outubro de 1923, publicado pela Sagrada Congregação dos Negocios Ecclesiasticos Extraordinários - Decreto que estende á Diocese de Macau a autoridade do Delegado Apostolico na China.

Respondendo telegraficamente, dizia a V. Exa. o seguinte:

" Decreto cerceou um privilégio, trazendo, porem, na pratica, vantagens importantes, como em officio exporei V. Exa."

E' o que passo a fazer.

Até á data, a Diocese de Macau dependia, ecclesiasticamente, do Metropolita de Goa e da Nunciatura em Lisboa, unicas vias por onde eram transmitidas as instruções de character religioso emanadas da Santa Sé.

Segundo este regimen, o Delegado Apostolico não podia intervir nos assuntos espirituais da minha Diocese, quer enviando instruções da Delegacia, quer comunicando disposições da Santa Sé.

Este privilegio, que agora fica anulado, acarretava, porem, na prática inconvenientes e até vexames.

Eu narro a V. Exa.,

Os meus antecessores lutaram sempre com dificuldades em obter da Santa Sé as mesmas faculdades concedidas aos Vigários Apostolicos da China, pela Propaganda. A razão era porque, não dependendo Macau desta Congregação, tais faculdades não lhe eram remetidas, nem a Nunciatura, por seu lado, se occupava do assunto por motivos que ignoro. Resultado: o bispo de Macau, hierarquicamente superior aos Vigários Apostolicos da China, estava numa situação inferior, com relação aos poderes espirituais conferidos aos seus

P. em 7/2/24

N.º

colegas. Quando em 1918 governava esta Diocese como Vigário Capitular, pedi para Roma um certo numero de faculdades, de que necessitava. Responderam que, sendo faculdades da Propaganda, não me podiam ser concedidas, porque esta Diocese nada tinha com a referida Congregação. Tal resposta provocou uma queixa, que formulei perante Sua Eminencia, o Cardeal Secretário de Estado, pois eu não podia admitir que a autoridade eclesiastica de Macau, precisamente com as mesmas necessidades de qualquer Vicariato da China, estivesse numa humilhante situação de inferioridade, em referencia aos outros Prelados. Sua Eminencia respondeu-me que ia ocupar-se do caso, e, de facto, dentro de pouco tempo eu tinha as faculdades pedidas.

Mas isto não é tudo.

Ha um ano realizaram-se em Hong-Kong, sob a presidencia do Delegado Apostolico da China, umas conferencias preparatorias para o 1º Concilio Nacional Chinês, que terá lugar este ano. Todos os meus 57 colegas da China foram convidados menos eu. Razão? O Delegado Apostolico, por um melindre bem compreensivel, entendeu que, não tendo autoridade sobre Macau, não devia enviar-me convite, o qual poderia ser interpretado como uma afirmação da sua jurisdição sobre esta Diocese.

Indirectamente fiz saber o meu descontentamento, pois, sendo um bispo tão catolico como os outros, considerava-me pouco á vontade com a minha exclusão das ditas conferencias, onde se iam tomar resoluções de interesse geral para as Missões da China.

Veu o convite. Não podendo assistir pessoalmente ás reuniões, por estar ausente em visita pastoral, mandei 3 delegados,

ANO ECLESIASTICO
DA
DIOCESE DE MACAU

N.º

que por sinal marcaram nessas reuniões um lugar de destaque, pela competência que revelaram em assuntos missionários, a ponto de merecerem elogios especiais por parte do Delegado Apostólico e do Decano dos Vigários Apostólicos do Sul da China. Mas ao votarem-se as conclusões, os meus delegados não tiveram voto, porque ... a diocese de Macau estava fóra da acção da Propaganda e, portanto, do Delegado Apostólico.

O mesmo facto se repetiria no próximo Concílio Nacional Chinês, - a que eu não tencionava assistir para não passar pelo vexame de ser excluído das votações, - caso perdurasse o mesmo regime.

Ora a justiça manda dizer que a Delegacia Apostólica da China procede com toda a lisura, pois não quer dar a impressão de que a sua autoridade se estende sobre o Prelado de Macau. Daí a falta de convite para qualquer reunião episcopal; daí a exclusão das votações; daí o isolamento em que vive a minha diocese; daí a desintegração do movimento geral missionário da China.

Ora todos estes inconvenientes desaparecem com o Decreto de 30 de Outubro do ano findo.

Para o futuro, o Bispo de Macau já não será um Prelado como que posto á margem; será alguém com voz activa nos assuntos, que se prendem com o desenvolvimento das Missões da China; terá as mesmas faculdades dos seus colegas; andarà a par do que se passa nos Vicariatos Apostólicos; integrar-se ha no movimento de toda a vida religiosa chinesa; nenhuma resolução de caracter geral será tomada sem seu conhecimento; nenhuma medida, dependente do consenso dos Prelados da China, se porà em execução sem o seu voto etc. etc.

NO ECLESIASTICO
DA
DIOCESE DE MACAU

N.º

E' certo que desaparece um privilégio, mas a meu ver, esse privilégio não carreava nenhuma vantagem, importando, ao contrário, bastantes inconvenientes. Que uma instrução da Santa Sé me chegue ás mãos por meio da Nunciatura ou da Delegação Apostolica da China, é-me indiferente, pois não me sinto apoucado na minha dignidade episcopal com as vias, por onde Sua Santidade houver por bem comunicar-me as Suas ordens.

Narro a V. Exa. um facto.

Devido ao isolamento em que as dioceses do Padroado Português tem vivido, nunca o Prelado de Macau conseguiu obter um subsidio para as suas missões, dado pela Associação da Propaganda da Fé. Argumentava-se sempre com o sofisma de que esta Diocese nada tinha com a Propaganda.

O ano passado protestei - é o termo - contra tal exclusivismo, pois os catolicos do mundo inteiro, ao darem as suas esmolas para as Missões, não fazem distinção entre evangelizadores e evangelizadores, entre dioceses e dioceses, entre portugueses e estrangeiros. Fui atendido, como não podia deixar de ser, e pela primeira vez a minha diocese foi contemplada com um subsidio, com a promessa de este ser continuado. Diminuirá isto em alguma coisa ~~com~~ a independencia das Missões do Padroado ?

Entendo que não. Entendo que devemos saltar por cima de certos bisantinismos, aliás explicaveis pelas lutas desgraçadas, que no seculo passado surgiram entre o Padroado e a Propaganda - lutas que, possivelmente, ainda continuam, embora atenuadas, na India, mas que ha muito desapareceram da China.

Lá, na India, talvez haja algum motivo para não se aceitar com bons olhos a medida do Decreto citado; aqui, julgo que

DECRETO
RNO ECLESIASTICO
DA
DIOCESE DE MACAU

N.º

Esse Decreto só traz vantagens, a-pesar do privilégio que revoga e que praticamente deixava de ser um privilégio para se transformar num inconveniente, por vezes grande.

Eis o meu modo de pensar sobre este assunto, convencido de que tenho muito a lucrar e quase nada a perder com a medida adoptada pela S. C. dos Negocios Eclesiasticos Extraordinários.

SAUDE E FRATERNIDADE .

Paço Episcopal em Macau, 3 de Janeiro de 1924.

Ilmo. e Exmo. Senhor

Ministro de Portugal junto do Vaticano.

João da Costa Nunes

Bispo de Macau.